

6. COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

6.1. INTRODUÇÃO

O estudo ambiental foi desenvolvido nos termos da legislação ambiental vigente. Ele atende as diretrizes do Termo de Referência da SEMACE, contemplando os itens de relevância para análise de impacto ambiental do empreendimento no ambiente proposto.

Dentre estes itens, encontram-se o cálculo da compensação ambiental, que deve apresentar informações necessárias ao cálculo do Grau de Impacto (GI), calculado de acordo com o Decreto Federal nº 6.848, de maio de 2009, para fins de cálculo do valor da Compensação Ambiental, e a planilha de desembolso físico e financeiro total dos investimentos do empreendimento.

6.1.1. INFLUÊNCIA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

O empreendimento não está localizado dentro de nenhuma Unidade de Conservação Federal, Estadual ou Municipal (Figura 6-1). Também não está inserido em zona de amortecimento de Unidades de Conservação (a unidade mais próxima da área é a APA da Lagoa da Jijoca, situada a mais de 30,0 Km).

O empreendimento em estudo compreende a instalação de uma Usina Eólica. A energia eólica é considerada a energia mais limpa do planeta, disponível em diversos lugares e em diferentes intensidades, uma boa alternativa às energias não renováveis.

Em operação, as Usinas Eólicas não queimam combustíveis fósseis e não emitem poluentes. Não há efluentes líquidos ou gasosos. As emissões sonoras se dissipam e se tornam imperceptíveis a mais de 300,0 m de distância.

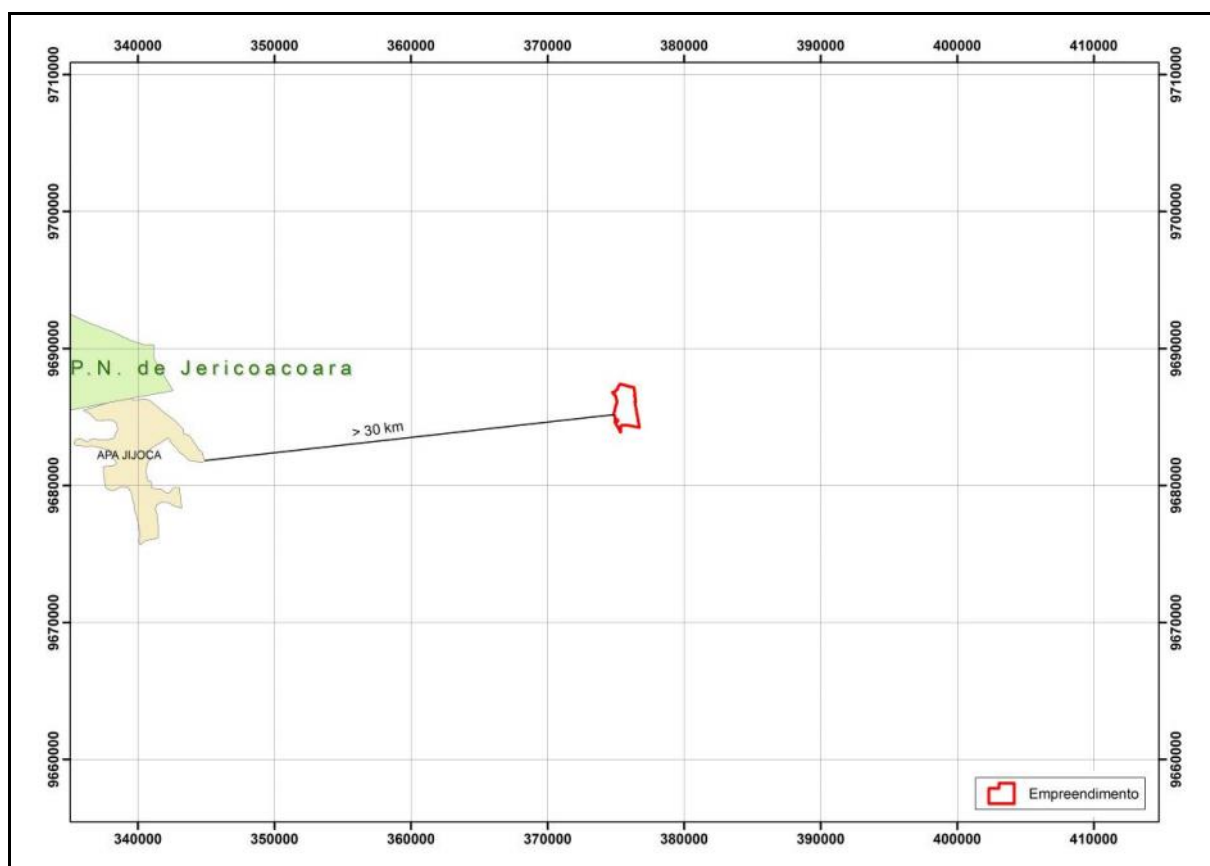


Figura 6-1 – Unidades de Conservação. **Fonte:** Ambiental Consultoria.

6.1.2. COMPROMETIMENTO DE ÁREA PRIORITÁRIA - CAP

A fórmula para se chegar ao CAP (Comprometimento de Área Prioritária) é o produto de 3 (três) índices: ICAP - Índice de Comprometimento de Área Prioritária; IM - Índice de Magnitude e IT - Índice de Temporalidade ($CAP = [ICAP \times IM \times IT] / 70$). O ICAP avalia o comprometimento sobre a integridade de fração significativa da área prioritária impactada pela implantação do empreendimento, conforme mapeamento oficial de áreas prioritárias, aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Para a identificação de áreas prioritárias na região do empreendimento utilizou-se o mapa de áreas prioritárias do Decreto nº. 5.092, de 21 de maio de 2004, e instituídas pelas Portarias: nº 126, de 27 de maio de 2004, e nº 09, de 23 de janeiro de 2007, ambas do Ministério do Meio Ambiente. Nas áreas de influência indireta e direta do empreendimento

foram identificadas áreas prioritárias pertencentes ao bioma Caatinga / Zona Costeira.

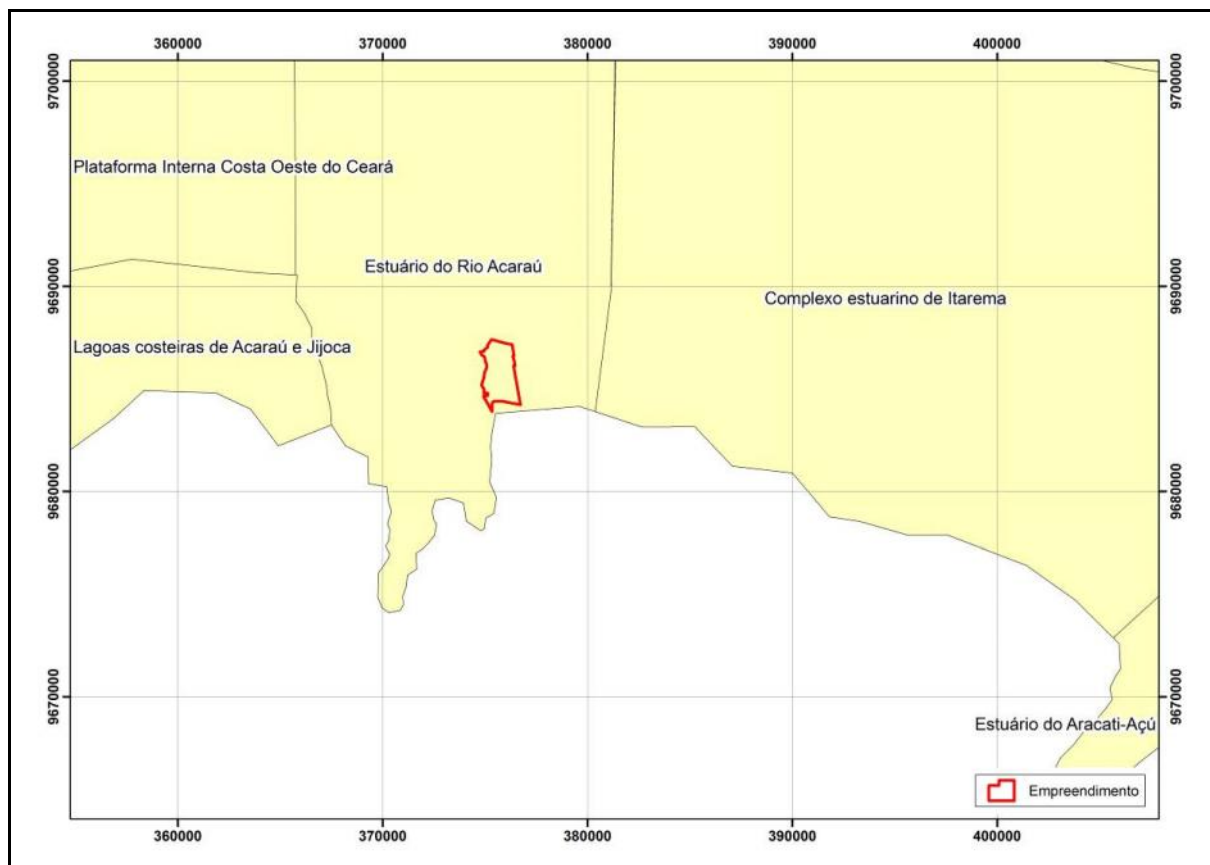


Figura 6-2 – Áreas prioritárias MMA.

Como pode ser observado no mapeamento das áreas prioritárias do Ministério do Meio Ambiente (Figura 6-2), o empreendimento está inserido totalmente na área denominada 'Estuário do Rio Acaraú' e trata-se de área do Bioma Caatinga, Sub-Bioma da Zona Costeira, de importância e prioridades classificadas como Muito Altas pelo MMA, com as seguintes características:

Área: 458,0 km².

Detalhamento: Aves migratórias; aves costeiras residentes; reprodução e alimentação de elasmobrânquios; manguezal, tabuleiros.

Importância Biológica: Muito Alta.